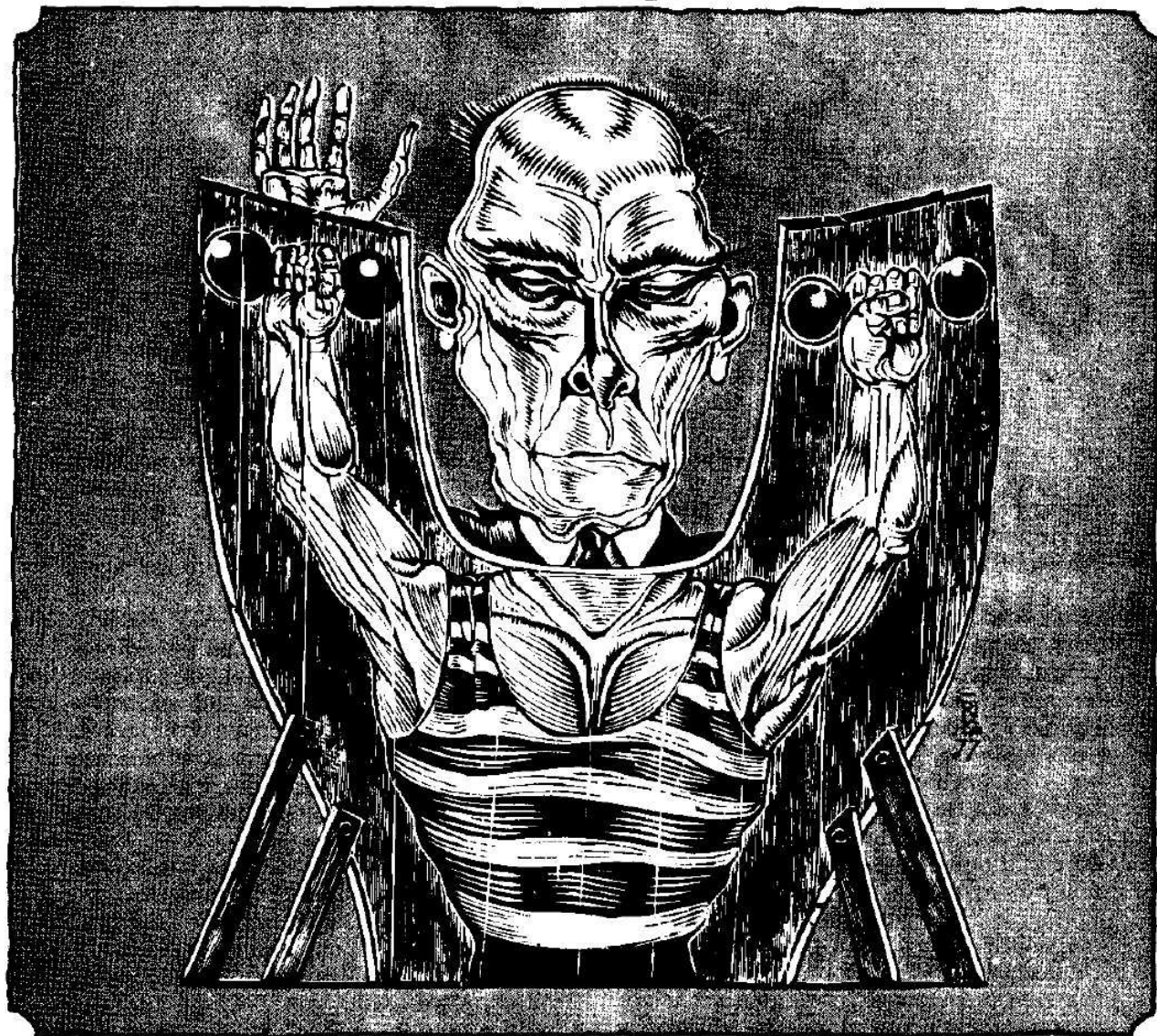


Os anos Figueiredo



Anos modorrentos, em que pouco a pouco vai-se vendo que o rumo traçado é uma via de muitas faixas, todas elas levando ao mesmo: a ordem acima de tudo, querida por todos, se possível; imposta na marra, se necessário. Ordem com lei, por certo. O arbítrio de outrora — os anos de incerteza — deu lugar a certa previsibilidade e a certas garantias: o cidadão será respeitado (relativamente) e a ordem estabelecida será mantida (absolutamente).

Marx, para amesquinhar, chamava Napoleão III de "Souluque", que fora imperador do Haiti. Com carga dobrada de preconceito, também Bolívar foi qualificado por ele como "o verdadeiro Souluque". Engels é autor de frases parecidas. Entretanto, nem o preconceito, injustificável, que levava a comparar Bolívar com o "*rei negro*", para insistir no tom desdenhoso, nem o ódio votado a Napoleão III, toldavam o descortino de Marx. Criticando Victor Hugo, que considerava o golpe de Estado do 18 Brumário como o ato de força de um só indivíduo, que caíra sobre a História de repente, como um raio em dia de céu sereno Marx dizia:

"Eu, pelo contrário, demonstro como a luta de classes criou na França as circunstâncias e as condições que permitiram a um personagem medíocre e grotesco representar o papel de herói".

Do lado de cá do Equador, nem os falsos Napoleões entram em cena. A quem, em nossa história recente, caberia sequer chamar de Luís Bonaparte? A qual de nossos generais-presidentes caberia o apodo? E qual deles teria representado o papel de herói, embora fosse "personagem medíocre e grotesco"?

Geisel, que pelo nome e pela postura poderia confundir-se no panteão das figuras guerreiras de outrora, foi quem mais se aproximou de ter desempenhado um certo papel pessoal na história: bem ou mal, opôs-se à surda aliança entre a burocracia e a repressão. Em certo momento, quase se pôde dizer dele com alívio: *regem habemus*. E data de seu tempo o projeto de abertura. Por trás do trono, Golbery e Portella — o senador — fiavam sem parar as redes da armadilha institucional em que caímos.

Mas, se o desenho inicial da rota se fez nos tempos de Geisel, a travessia faz-se agora, na época de Figueiredo.

Não será essa, precisamente, a dificuldade para interpretar a história recente? Não será que, em nossa política terra-a-terra, a falta do personagem mostra logo o autor e, de repente, como se a história se fizesse sem agentes pessoais, se descobre que o projeto não é de ninguém e é de todos e por isso mesmo abomina e repugna a cada qual que se descobre parte, e parte culpada, por tão melancólico desenrolar?

Mesmo que assim seja, cabe inquirir, à boa moda antiga, pelas circunstâncias e condições que fizeram de João-ninguém rei e senhor do aqui e do agora.

Da Distensão Para a Abertura

Deixemos de lado, por já sabida, a trama imediata da ascensão de Figueiredo. Recordemos apenas que, no plano político, ela teve dois desdobramentos básicos no tempo de Geisel: a "operação encantamento", pela qual os fiandeiros da tecelagem do rei, Portella e Golbery, abriram o "diálogo" com a "sociedade civil" à margem do Congresso, dos partidos — mas também do Sistema —, e a "operação desbaratamento", pela qual os granadeiros do rei decapitaram, um a um, os generais rebeldes, fossem ministros, chefes da casa militar ou simplesmente ex-qualquer coisa. Do "pacote de abril" de 1977 às "eleições" de outubro de 1978, acionaram-se os mecanismos decisivos da transição: condições para o fim do AI-5, controle do sistema eleitoral, volta do *habeas corpus*, tolerância relativa frente às primeiras greves, para só falar dos principais.

No fim do processo, a operação surpresa era já segredo de Polichinelo: o áspero general Figueiredo recebera a quarta estrela, assistira impávido aos boiardos de quepe ou de paletó-e-gravata beijarem a cruz do sisudo e prussiano Czar, elegendo todos aqueles que "seu" lobo mandou. Cingido aos baldes de ouro, como os Czarevitch antigos, o novo Príncipe declarou logo que era plebeu: as verdes lentes escuras viraram cristais brancos, o fardamento — tão nova a quarta estrela, que pena! — virou peça de museu e até mesmo, como nos ritos de passagem de grupos primitivos, houve a re-denominação: qual general Figueiredo, qual nada; João, simplesmente João.

Por trás da cena, muita coisa mais mudou. Mudou o Brasil, mudou o vento do mundo, mudaram as circunstâncias.

Ao contrário do que era de imaginar até 1978 — e principalmente entre 1977 e 1978 — a transformação da distensão em abertura conseguiu solidificar apoios, suspeitos e insuspeitos. O novo Governo emergia trazendo um sinal de paz para os donos do poder, sob os escombros da resistência de alguns setores militares e sob o fogo de uma oposição unificada e derrotada. Figueiredo era tanto Médici como Geisel e, nessa última medida, era também Castello e, mais ainda, ao chamar Delfim para o gabinete, era ainda tudo o que fora o milagre, de Costa e Silva a Médici.

Até aí, os insuspeitos. Bastiões do próprio regime, mais que apenas de Governos. Mas Figueiredo veio para propor a

negociação. Para ter sustentação fora do círculo imediato dos incondicionais, precisava luzir ao público as virtudes do *uomo qualunque* e não do general tonitruante. Essa ampliação da base do governo requereu prévia operação tática de vulto. A operação "mídia". Criou-se o presidente volante, homem-massa. Surtiu efeito?

Até certo ponto. Até Florianópolis, com certeza. Depois, cautamente. Não se "vende" um presidente como um sabonete. Mas se paga a pauta da grande imprensa e dos meios de comunicação. Com sorriso, com informação exclusiva e... também com anúncio. O presidente da abertura é humano: sorri, xinga, até se desnuda com halteres. E fala! É melhor que a estátua de Michelangelo.

Mas política não é apenas símbolo: é também transa e concessão. E o regime transou e concedeu.

Concedeu — sob pressão — a anistia. Curioso e paradigmático processo: primeiro, o anúncio vago, como a corresponder aos um, dois, três, muitos CBAs. Depois, em *off*, a redonda negativa: os que ergueram o braço armado jamais serão perdoados; seria uma ofensa às Forças Armadas. Mais adiante, novamente — até com lances de anteprojetos esquecidos em mesas de fácil acesso — a intenção regeneradora, o perdão sem mácula. Envia-se proposta ao Congresso, por fim. A lei não é ampla, nem geral nem irrestrita. Árdua batalha, perdida pela oposição que tentou ampliá-la.

Só que, à margem da Lei da Anistia, depois da derrota política das oposições, revêem-se administrativamente os prazos das penas e, um por um, os prisioneiros são soltos, um por um os asilados retornam. Só não retornam os desaparecidos, os mortos do regime. Nem se desfazem as marcas da tortura, na carne e na alma. Por antecipação, temendo alguma revanche, são anistiados também os autores de crimes "conexos" aos políticos: os torturadores e os assassinos.

As concessões do regime

Bem ou mal, contudo, foi superado o trauma do reingresso dos marginalizados à vida política. Ficaram as marcas, as indelévels, já mencionadas, e os bolsões de "patriotas sinceros mas equivocados", ultradireitistas inconformados, artilheiros à tocaia, ainda hoje ativos intermitentemente e sempre preservados: sabem de-

mais para que sejam expostos à execração pública.

O regime concedeu, também no plano político-institucional. Por três vezes o presidente João negou que quisesse outra coisa além ou aquém da democracia. Estendeu a mão a todos. A princípio, apenas o gesto, prejudicado pela imagem de outro personagem, que também três vezes negara ter traído. Depois, mais que gestos: eleições diretas para governadores, reiteradas declarações de que o calendário eleitoral será seguido, apelos à concórdia.

A opinião pública hesita em dar-lhe apoio. O presidente anuncia a democracia, mas não impede prorrogação de mandatos de prefeitos — senão que a estimula; acena com as prerrogativas do Congresso, mas derrota as emendas que as restauram, mesmo quando propostas por seus correligionários; faz aprovar o Estatuto Infame, dos estrangeiros, embora logo em seguida o ministro sucedâneo, Abi-Ackel, comece a negociar com as oposições o abrandamento da lei. E assim por diante.

Em suma: fronda conservadora no Ministério, como prato de substância, imagem popular, desafoço na repressão e uma política de concessões democráticas, sob controle.

Para chegar a tal ponto, feita a anistia à moda da casa, havia três áreas críticas a resolver no plano político (sem falar no que logo virá, o plano econômico). A primeira, o relacionamento com as "grandes instituições" da sociedade civil. A segunda, a questão dos partidos. A terceira, a "questão social".

Quanto à primeira área crítica, a política adotada foi variável, na linha do *stick and carrots*. Muita cenoura para os meios de comunicação de massa, como já disse; *habeas-corpus* para a OAB; bombas também, mais tarde (embora vindas dos restos do Sistema e não do Governo); bombas e puxões de orelhas para a ABI; e, principalmente, pauladas na Igreja. Entre as "grandes instituições" essa é a área de maior resistência aos desígnios oficiais. Não apenas pela "circunstância" brasileira da miséria, dos posseiros, dos loteamentos clandestinos, das comunidades de base. Mas também pela política geral do Vaticano que, à sua moda, como organização hierarquizada e autoritária que também é, prepara-se para o novo século: a Igreja será dos povos, mais que dos Estados (posto que estes são leigos e agnósticos, quando não antideístas). E principal-

Quem se o presidente volante, homem-massa. Surtiu efeito? Até certo ponto. Não se "vende" um presidente como um sabonete.

mente porque, para além do Vaticano, existe a Teologia da Libertação, e uma parte significativa da cristandade fez uma opção contra a exploração e os poderosos. Nesse contexto, o governo Figueiredo procura, simultaneamente, dialogar com os setores dialogáveis da Igreja, expulsar padres, se necessário, e não conceder a transferência das funções diretivas do Estado para a Igreja e desta para as comunidades.

Quanto à segunda questão, a dos partidos, embora mais espalhafatosa que a da Igreja, foi equacionada com mais facilidade pelo Governo. O cronograma era claro: primeiro a anistia, depois a quebra do MDB, depois a *via crucis* da formação dos novos partidos e só depois a lei eleitoral...

A relação entre anistia e reforma partidária era direta: os velhos líderes, os do Exterior e os marginalizados no País, não aceitariam alinhar-se com os da "resistência democrática", os que não se exilaram nem foram expulsos da vida pública. Dito e feito. Com algumas exceções, a armadilha funcionou. E quando, por ingenuidade, acreditava-se que o "novo" surgiria com ímpeto, juntando a parte mais combativa da resistência democrática com os "históricos", viu-se que nada disso ocorreria. Para exorcizar tal risco, os fiadores do regime não se pejaram de manipular e as oposições de claudicar: o que seria o PTB de Brizola virou partido-auxiliar do PDS, com Ivete e Jânio Quadros; o que seria um forte movimento trabalhista novo virou um PT demasiado principista para ser forte sindical ou popularmente e, no outro pólo, o trabalhismo histórico renovado virou um PDT demasiadamente feito à medida de um só líder para dar cabida à renovação pela base. O PMDB, frente que aspira a ser partido, tornou-se demasiado partido pelo que não une: a expectativa de ser poder, sem poder dizer que poder será.

Mas não foram apenas os fiadores do regime que manipularam. Fosse assim, e a introdução deste artigo não teria sentido: estaríamos mesmo diante de execráveis grandes homens, senhores do destino da Nação. Ocorre, entretanto, que por razões mais profundas, quando se abre a Caixa de Pandora da redemocratização ou da democratização, começa-se a perceber que falta hoje à política *Virtù* e sobra, a alguns, *Fortuna*.

Por quê? Por que não houve maior resistência aos golpes e contragolpes do Plano? Seria toda a oposição obtusa? Teria

ela traído a democracia mais do que o Presidente suas promessas?

Custa crer; custa escrever. Mas a democracia que teremos é a democracia que nós queremos. Escrevo com raiva este "nós" — abusivamente, irritantemente inclusivo. Não é no plano da subjetividade que queremos a contrafação que está sendo montada. É no plano objetivo, que torna os cálculos realistas peças do regime da "democracia conservadora": visam à vitória dentro deste regime.

A mesma sociedade que vomitou a tortura, que congelou os generais-presidentes, absorveu (não diria aceitou) a democracia dos joões-ninguém e, ato contínuo, desinteressou-se, talvez enojada, das instituições. Largou-as — partidos, eleições, tribunais, imprensa — ao cozimento no próprio caldo das ambições, dos sonhos, dos interesses. E fez-se de novo o muro entre, por um lado, a vida cotidiana e por outro, o Estado e suas adjacências.

Desse ângulo, os anos Figueiredo não foram a vertigem dos anos iniciais do Rei de Espanha restaurador da democracia, nem o ardor dos cravos de abril de Portugal, nem nada que se lhes pareça. Talvez sejam os anos sensaborões de Caramanlis. Ou talvez pior, pois ao lado da dimensão da política, existe a da democracia e com ela a da sociedade. Quem sabe o que nelas nos espera?

Antes de esmiuçar mais as causas dessa entrega sem prazer da sociedade ao poder, convém pôr uma pitada de sal na análise. A "questão social" é a pedra no meio do caminho do regime.

De onde vem, precisamente, a força da Igreja? Por que D. Paulo e D. Pedro (Casaldáliga) representam tanto, sendo príncipes e não delegados do povo?

Porque eles ecoam, em tom diverso, a ladainha do sofrimento do povo: é a terra ambicionada da qual o posseiro é enxotado; é a grande injustiça da fome — de terra e às vezes de gêneros também — ao lado da abundância gerada por uma acumulação vultosa que hoje derrama seus excedentes pelos ladrões dos tanques da poupança na vastidão do mundo rural; é a periferia inóspita da grande cidade, viveiro de ambições, calvário de muitos fedores de esgoto a céu aberto, de subnutrição da herança genética das classes subalternas, cloaca de todos os desesperos dos que se preocupam com as políticas sociais.

Isso o regime não mudou, senão que, em certos casos, pela força mesma da acumulação que se espraia, revolveu e expôs,

*quando se abre
a Caixa de Pandora
da democratização,
percebe-se que
falta hoje à política
Virtù e sobra, a
alguns, Fortuna*

sem dar saída. E é por isso que a cada momento vozes que vêm do fundo do poço exclamam: "abertura? para quem?" As Severinas que morrem cavam hoje, como ontem, seu palmo de sepultura na única terra que possuirão. Os habitantes da periferia, se acaso tombam — muitas vezes vitimados pelas balas que as rotas e rondas da vida disparam para dar-lhes em princípio mais "segurança" —, sequer têm o consolo antigo de ver dividida a parte que lhes cabe no latifúndio da morte.

Mais ainda: a própria industrialização coagulou e engrossou nódulos das classes trabalhadoras que não foram — dificilmente serão — absorvidos pelo regime, nem lhes darão sustentação: a "nova classe operária". Está aí, ao alcance da mão, o ABC indomável. Ontem foram as greves, a comunidade fundida com a fábrica: o padre, o líder operário e o político da resistência, unidos de repente, afora e acima das siglas partidárias, das correntes ideológicas, diante do fato bruto da exploração. Hoje, quando os sindicatos foram decapitados e os partidos separaram o que deviam unir, novamente surge a voz da altivez no voto: os trabalhadores da fábrica mais "moderna" recusam compactuar com os cortes salariais e exigem que o Governo, que ontem subsidiou os patrões em nome do desenvolvimento, subsidie o emprego, em nome da justiça.

Uma discussão sem seiva

Seria incorreto imaginar que diante desse quadro o regime não entendeu, não transou, não concedeu. Também aqui se aplica o *stick and carrots*. Antes mesmo de ser novamente o dono e senhor da "economia do encolhimento", o poderoso chefe da dívida externa e da inflação propôs o "pacto". Conversou com Lula, Arnaldo e outros mais pedindo que a troca das cenouras (programa de habitação popular, aumentos reais e módicos dos salários, talvez negociações diretas entre operários e patrões) os trabalhadores ceddessem nas greves.

Doce ilusão: não estamos na Europa social-democrática. Não haveria líder que se agüentasse depois de tal pacto. Nem dá para acabar, por decreto, com a luta de classes. Eis aí a circunstância: ao invés de ceder, o ânimo dos trabalhadores cresceu em 1979 e mais ainda em 1980.

Diante disso, o ministro do Trabalho (que virou do Capital, nas palavras do bispo Angélico) não se fez de rogado: or-

denou a cessação de negociações por parte dos patrões, fez o Tribunal do Trabalho engolir a decisão prévia de que era incompetente para julgar da legalidade da greve metalúrgica de 1980, interveio nos sindicatos e mostrou que esta terra tem dono: nela o Estado manda mais que as classes.

Mas seria equivocado pensar que a política social do Governo Figueiredo faz-se apenas com a borduna. Também no Brasil os inimigos mandam flores: bem ou mal o reajuste semestral minora as agruras causadas pela inflação, o "arrocho" de outras épocas deu lugar à política do confeito e do confete. E acima de tudo — como é clássico — reina neste terreno o *divide et impera*: cada categoria é uma realidade à parte, cada caso um caso, em cada intervenção uma junta diferente. Diga-se de passagem: do outro lado, o das lideranças sindicais e políticas, também reina o dividir, não para imperar, mas para impedir que alguém impere. Pior ainda: a reivindicação máxima, a da autonomia, da negociação *direta* entre patrões e operários, faz-se no preciso momento em que o capitalismo oligopólico restabelece a norma de que, mesmo para os patrões, "fora do Estado não há salvação". Assim, nem bem os operários gritam seu berro de autonomia na sociedade civil, vêm-se, eles próprios, na contingência de pedir que à mesa de negociações sentem-se representantes dos empresários, dos sindicatos e... dos Ministérios.

Retomemos agora o fio da meada. Por que, depois da liberalização de Geisel e da proposta de democracia conservadora de Figueiredo — que visa a separar o movimento das instituições políticas da movimentação social — ao invés de o ímpeto transformador ter tomado conta da sociedade, vê-se a modorra de uma discussão sem seiva e a descrença do homem da rua minando propostas mobilizadoras?

Responder dizendo que é porque as classes subalternas "já eram" como motor da história, ou "ainda não são", é simples, insuficiente e, no limite, falso. Os exemplos de luta pululam, no campo e na cidade. Dizer que "não há propostas políticas adequadas" é mergulhar no subjetivismo mais vaidoso, pois quem assim pensa no fundo imagina que sabe, senão a solução, pelo menos seu encaminhamento. E o que se vê na prática cotidiana é que as mais diversas propostas mobilizadoras e transformadoras naufragam no desencontro de interesses e na desconfiança que cada grupo nutre pelo outro.

E é por isso que a cada momento as vozes que vêm do fundo do poço exclamam: "abertura? para quem?"

Não seria mais frutífero voltar a pensar nas condições que permitem a vigência de um processo de abertura política tão medíocre e que o tornam, apesar da crítica verbal, a bússola do rearranjo político da sociedade?

Sobra repetir, mas vamos lá. O Brasil sofre hoje as consequências de dois terremotos: o do desenvolvimento dependente-associado e o da crise do capitalismo internacional. Pelo primeiro, novas classes e frações de classe foram decantadas: a burocracia é hoje parte integrante do modo de produção capitalista-oligopólico. Burocracia estatal, burocracia privada das empresas e burocracia do setor produtivo estatal; a grande empresa (pública e privada, nacional e estrangeira) fornece a armação fundamental do sistema: é o pau-mastro do circo. Mas ela dá apenas a "anatomia" da sociedade civil, não lhe dá o "movimento". Este depende de como se articulam politicamente os interesses da Grande Empresa: quem fala por ela, como dinamiza as forças auxiliares, o que propõe. E depende, ainda, das forças que se lhe opõem.

Dada a peculiar articulação entre o interesse público e o privado gerado pelo capitalismo oligopólico nos países da periferia do sistema econômico internacional, mesmo essa diferença entre a sociedade civil (as classes) e a sociedade política (o Estado) esfuma-se: a empresa pública alia-se à privada ou com ela entra em pugna; ambas isoladas ou, em certas circunstâncias, conjuntamente, guerreiam ou dão suporte a Governos; interesses públicos e privados fundem-se através dos "anéis burocráticos".

O Estado aparece, assim, sob a forma de *capitalista individual*, juridicamente proprietário da empresa estatal, e sob a forma de burocracia gestora dos interesses coletivos e especialmente dos *interesses capitalistas coletivos*, como *parte* da sociedade civil.

E ainda por cima, pelas razões que não cabe repetir neste artigo, uma parte essencial da "fisiologia" desse sistema é o nevrálgico jogo monetário e financeiro no qual toda uma classe de prestamistas do Estado ou de prestamistas simplesmente, mas sempre sujeitos à regulamentação do Estado, passa a ser a parceria do Governo: banqueiros de todos os tipos, nacionais e estrangeiros, agentes financeiros vários e investidores privados formam essa fauna privilegiada.

Desde 1964 já
islava, rompendo o
equilíbrio do
milagre: não dá
para todos
ganharem ao
mesmo tempo em
época de vacas
magras

De quem é o regime, hoje?

Quem, em sã consciência, imagina que o regime hoje ainda é *militar*, no sentido de que é a burocracia fardada quem lhe dá o rumo? O que o coronel comandante do batalhão de fronteiras tem a ver com os "furos" do orçamento monetário para subsidiar empresas? Tudo, no sentido de que sem o saber — e talvez sem o querer — a repressão militar e a ditadura foram obra sua, e nada, no sentido de que hoje em dia sua voz não fede nem cheira nos altos conciliábulos da república. E desde Geisel nem sequer o Alto Comando tem vez e voz, nem na economia, nem na política. Houve, nesse aspecto, uma transição. E transição importante.

O regime, hoje, é do grande capital oligopólico, instrumentado por seus técnicos, articulado dentro do Estado por seus políticos, *que não são os políticos profissionais*, a "classe política", mas os membros dos múltiplos serviços de informação (militares e civis), funcionários de vários palácios, jornalistas a serviço da "comunidade de informação", as cúpulas das empresas estatais e dos Ministérios etc. O presidente João é, de fato, o ex-general Figueiredo. Ele impera, nesse aspecto, como a rainha da Inglaterra impera sobre a *City*: assina em cruz, mas confia, porque ele pertence ao núcleo dos que puseram as Forças Armadas à margem e enlaçaram os grandes interesses civis e estatais por intermédio de uma parte da burocracia civil e militar que virou política.

Que tem isso a ver com a crise? É que a crise cerceia os passos dos donos do Estado e não só do Governo. Desde 1974 já estava rompido o equilíbrio do milagre: não dá para todos ganharem ao mesmo tempo em épocas de vacas magras.

O projeto da abertura (que, diga-se de passagem, para evitar qualquer mecanicismo, era *anterior* à crise econômica mundial, sequer a previra e portanto não resulta dela) pegou a sociedade de calças curtas: o povo esteve sempre insatisfeito; a "classe política" contra o regime, então sim, claramente militar-tecnocrático-oligopólico-empresarial; o empresariado, desanimado com a expansão do "setor público"; este último, na berlinda, associado ao grande capital e politicamente acovardado. Se a "abertura" surge como projeto palaciano, ela foi se transfigurando, aos trancos e barrancos, até virar a pedra de salvação de todos para a "próxima etapa". Perdida a substância repressiva

da "Revolução", marginalizada a corporação militar e desfeito o milagre econômico, precisava-se inventar novo cimento ideológico para refazer o regime. Pedra de salvação de todos, menos da maioria. Os trabalhadores do campo e da cidade, a pequena classe média, os assalariados, mal provaram o desafogo político e dele gostaram, começaram a comer o pão-que-o-diabo-amassou da inflação, da "austeridade" etc. (que nada tem, em si mesmo, com a abertura), sem terem sido jamais chamados a participar, direta ou indiretamente, da mesa de negociações.

Havendo brechas na contenção política, o movimento social avança por sua conta. Avança e pára: a sociedade que o grande capital criou e a burocracia controlou é cheia de compartimentos estanques; fragmenta-se em um sem-número de questões que são percebidas, vividas e resolvidas (ou não) isoladamente. São Bernardo, da altivez, pára sozinho: a solidariedade da liderança das outras categorias operárias não se traduz pela generalização da greve; os líderes sindicais processados e condenados amargam no isolamento suas penas. Não que o resto da sociedade oprimida se desinteresse, mas sua solidariedade é passiva, mediatizada pela TV, barrada pela ausência de uma rede efetiva de solidariedades encadeadas; o grito do camponês, a homília do padre, o clamor da dona-de-casa explodem sem eco capaz de mover as massas no interior de uma sociedade altamente diferenciada e segmentada.

Não se pense que esse fenômeno atinge apenas as classes subalternas: assim como a liderança operária protesta, a comunidade de base conscientiza e a Universidade ideologiza, o empresariado, no círculo limitado de seu interesse privado, geme e lamúria. É o setor de bens de capital hoje quem protesta, amanhã são todos, pela voz da FIESP, contra os juros e o FMI. Mas disso tampouco decorre a cascata de apoios que levem à ação.

Só o Estado (falando pelos interesses nele aninhados) dispõe dos meios para transformar a proposta em política. A FIESP protesta. Pois bem: dela se tira o dinheiro do SESI, para forçar a acomodação dos dirigentes. Se o líder sindical se enche de coragem e vira político, pois Lei de Segurança nele, e amanhã será outro dia. Por certo, são dois pesos e duas medidas. Mas nos dois casos o Estado mantém as rédeas curtas.

Dito de modo mais abstrato: as condi-

ções específicas de sociabilidade criadas pelo capitalismo oligopólico "modernizam" as relações entre os produtores — operário e patrões — e deles com a sociedade, aguçam-lhe apetites novos, ampliam sua consciência crítica, mas fazem tudo isso no contexto da luta imediata e sem que, pelo menos até agora, se divise quem (que categoria, que fração de classe, que grupo) dará o salto do círculo de convivência imediata para o conjunto da sociedade. O Estado — reforçado por suas funções de capitalista direto — e a burocracia — reforçada por seu vínculo técnico com a organização da administração e com a produção modernas — engolem, sugam da "sociedade civil" as funções globalizadoras e as distorcem. Na medida em que logram cooptar a *Intelligentzia* (e o fazem, via tecnoburocracia e via enfeudamento da Universidade aos programas de desenvolvimento estatais), o Estado e a burocracia conseguem, ademais, propor a cara da "nova sociedade".

É por isso, porque todos sentem que a pauta *já está dada* e que sua ruptura implicaria em desatar forças incontroláveis no parâmetro ora vigente, que a resposta, mesmo a mais crítica, ou é abstrata ou é tímida. No plano geral, da crítica dos princípios, a ousadia é permitida. No plano concreto, da ação política, as batalhas que se travam — quase todas — são como as de Itararé: nunca chegam ao tiroteio.

A "democracia conservadora", a institucionalização de certas regras de acesso ao poder sem que delas derive o curto-circuito entre política e reivindicação social, entre política e mudança econômica de base, passa a ser, nessas condições, aspiração de todos (ou quase): os agentes políticos, se não a aceitam na subjetividade, a ela se conformam objetivamente. Mesmo os mais autênticos e puros reformadores e lutadores contra a exploração — ao invés de denunciar e somar força no plano político, recuam para o plano da luta imediata no círculo do cotidiano e abominam, quando não vituperam, a política (e os políticos). No fundo, a regressão para o plano da ética é o reconhecimento tácito de que no aqui e no agora a fragmentação de interesses e de propósitos é de tal monta que tudo que não seja imediato e imediatamente popular aparece como abstrato ou mistificação. Sem o saber e sem o querer, com essa postura também dão vigência à lei inexorável do sistema: cada macaco no seu galho, que da árvore cuida o Imperador.

No plano geral, a ousadia é permitida. No plano concreto, as batalhas que se travam são como as de Itararé.

É neste sentido específico que *este* regime é o regime que a sociedade *quer*: seu querer está condicionado por uma estrutura de determinações sociais que torna a negação da ordem valor moral, sem consequência prática. E a ordem aparece como se fosse a ordem dos Joões-ninguém. De fato, a proposta do João que é alguém, do João Figueiredo, é a forma política que convém a uma sociedade bloqueada, a um sistema econômico privatista, mas cuja privacidade é conexa ao Estado. Estado e Capital, hoje, não são duas caras da mesma moeda. São a moeda da mesma cara. Solidificado não o regime — que ainda está engatinhando — mas o sistema de produção que criou a nova sociedade burocratizada e de massas (simultânea e contraditoriamente), a proposta Figueiredo (ou Golbery, ou Portella, ou que adjetivo tenha, porque seu nome é o mesmo) é — que ninguém se iluda — o momento da busca da *hegemonia*. Não a liberal-burguesa, do consenso dos partidos. Mas a oligopólico-autoritária que se funda no Estado e dá à sociedade a ilusão da participação. E por isso, *porque ela é forte*, que o presidente pode parecer (e ser) fraco. Medíocre sem ser grotesco e sem qualquer heroísmo.

Foram estes, até agora, os anos Figueiredo. Anos modorrentos em que pouco a pouco vai-se vendo que o rumo que está traçado é uma via de muitas faixas, todas elas levando ao mesmo: a ordem acima de tudo, querida por todos, se possível; imposta na marra, se necessário. Ordem com lei, por certo. O arbítrio de outrora — dos anos da incerteza — deu lugar a certa previsibilidade e a certas garantias. Mas garantias nos dois sentidos: o cidadão será respeitado (relativamente) e a ordem estabelecida será mantida (absolutamente).

A sociedade aceitou, aliviada, o fim do arbítrio; os agentes políticos engolem, com maior ou menor dose de náusea, os condicionamentos do jogo institucional; o povo esperneia na defesa do interesse imediato e desinteressa-se das regras do Estado. A ameaça, agora, vem da direita terrorista, que tem os pés nos porões da repressão e quer reagir contra a sua marginalização do Estado.

Até quando?

Não é o caso de olhar a bola de cristal. Mas, mesmo sem catastrofismo econômicos (hoje possíveis de acalentar ou temer) e sem visões falsamente heróicas da reação popular, uma coisa é certa: a legitimidade buscada — a hegemonia oligopólico-au-

toritária — contempla momentos de verificação de vontades. Apesar da fragmentação do social, apesar da divisão das correntes políticas, apesar de tudo, se é certo que a solidariedade das classes subalternas não é ativa e se é certo que pelas razões indicadas falta o pião social e político a partir do qual se descortine "outra coisa que não isso que aí está", não é menos verdade que há situações nas quais é difícil fazer valer a nova ordem: quando no plano social se rompem os equilíbrios mínimos suportáveis (do que decorrem saques de armazéns na zona da seca, depredação de trens de subúrbios, greves operárias "selvagens" etc.) e quando, no plano político, se pede ao povo (à cidadania?) que vote e despeje, no isolamento da cabina indevassável, toda a raiva contida.

De pouco valeria que as oposições, ao reconhecerem a armadilha do regime e as amarras do sistema social, ficassem apenas na lamúria ou no sonho de uma impossível volta atrás. Há que recuperar, a partir das condições atuais, o ímpeto para a luta. Nem tudo o que o Planalto prevê e deseja ocorre. Bem ou mal, estão aí os novos partidos, está aí uma sociedade insatisfeita. Há que desenhar os horizontes de um futuro baseado em ideais de igualdade e participação; é preciso restabelecer a crença em uma alternativa real e a confiança na capacidade de condução do processo pelas massas e dessas em suas lideranças. Há, portanto, apesar de tudo, espaço para a ação.

Não se acomodem, pois, nos louros do já obtido, os fiadores do Rei. Pela frente ainda há borrasca: da inflação à eleição não se vê mais que céu cinzento. Quem sabe estejam aí nossas estepes frias, como aquelas da Europa, engolidoras até de Napoleão, o Bonaparte verdadeiro. Mas acautelem-se também as oposições: antes um código napoleônico discutível do que a Santa Aliança do grande capital somado à burocracia e à repressão. E é por isso, também, que no contexto da atual correlação das forças sociais e políticas a sociedade traga, goela adentro, o óleo de rícinho da democracia conservadora.

NOTAS

Este artigo foi escrito em maio de 1981 (N. da R.).

(1) MARX, K. - *E/ Dieciocho Brumario de Luís Bonaparte*. In: Obras Escogidas, Moscou, 1973, tomo 1, pág. 405.

Novos Estudos Cebrap, São Paulo,
v. 1, 1, p. 4-11, dez. 81

*Nem tudo o que
o Planalto prevê e
deseja ocorre.
Bem ou mal,
estão aí os novos
partidos, está aí
uma sociedade
insatisfeita.*